



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO

**16. PROVA OBJETIVA**  
Conhecimentos Específicos

ADVOGADO  
Direito Agrário, Administrativo e Processual

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 80 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



## LEGISLAÇÃO

01. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:
- (A) a propriedade privada.
  - (B) a média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra.
  - (C) a pequena propriedade rural, ainda que seu proprietário possua outra.
  - (D) o latifúndio parcialmente aproveitado.
  - (E) a propriedade improdutiva.
02. Depende de prévia aprovação do Congresso Nacional a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a
- (A) 1 000 hectares.
  - (B) 1 500 hectares.
  - (C) 2 000 hectares.
  - (D) 2 500 hectares.
  - (E) 5 000 hectares.
03. O Conselho Curador do ITESP tem natureza
- (A) deliberativa.
  - (B) fiscal.
  - (C) executiva.
  - (D) consultiva.
  - (E) regulamentar.
04. Compete ao Diretor Executivo do ITESP:
- (A) elaborar o programa plurianual de investimentos.
  - (B) aprovar a celebração de convênios.
  - (C) representar a Fundação em juízo e fora dele.
  - (D) deliberar sobre as contas da Fundação.
  - (E) fixar critérios e padrões de contratação de pessoal.
05. Os servidores da Fundação ITESP serão admitidos
- (A) sob o regime do funcionalismo público.
  - (B) mediante a realização de contrato de prestação de serviços.
  - (C) sob o regime cooperativista.
  - (D) sob o regime estatutário.
  - (E) sob o regime da legislação trabalhista.

06. O quadro de pessoal da Fundação ITESP é estruturado de acordo com 4 grupos, que são:
- (A) de consulta, técnico, operacional e administrativo.
  - (B) de confiança, técnico, de consulta e administrativo.
  - (C) de confiança, técnico, operacional e de consulta.
  - (D) de confiança, técnico, operacional e administrativo.
  - (E) de confiança, de fiscalização, de deliberação e administrativo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

07. “É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.”  
“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”  
As normas constitucionais acima reproduzidas são classificadas, segundo a doutrina tradicional, respectivamente, em normas de eficácia
- (A) plena e contida.
  - (B) contida e limitada.
  - (C) limitada e programática.
  - (D) contida e plena.
  - (E) programática e de princípio institutivo.
08. Existem três formas conhecidas de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: preventivo, difuso e concentrado. Tais modelos de controle, considerando as suas origens históricas e onde mais se desenvolveram, podem ser identificados, respectivamente, com os sistemas jurídicos dos seguintes países:
- (A) França, Estados Unidos e Áustria.
  - (B) Estados Unidos, Portugal e Alemanha.
  - (C) Alemanha, Inglaterra e Brasil.
  - (D) Áustria, França e Inglaterra.
  - (E) Inglaterra, Itália e Alemanha.
09. A disciplina jurídica da ação direta de inconstitucionalidade, prevista no artigo 102 da Constituição Federal de 1988, permite afirmar que este tipo de ação
- (A) é cabível contra as leis e os atos normativos, federais, estaduais e municipais.
  - (B) admite a intervenção processual de terceiros interessados.
  - (C) exige o *quorum* de maioria absoluta dos Ministros do STF para que seu julgamento tenha início.
  - (D) após a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, este deverá encaminhar a decisão ao Senado para suspender a executoriedade da lei ou ato inconstitucional.
  - (E) não é admitida em face de leis e atos normativos anteriores à Constituição.

10. Sobre os direitos e garantias fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) todos podem reunir-se em locais abertos, desde que devidamente autorizados e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
  - (B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou por processo administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
  - (C) no caso de iminente perigo público ou de guerra declarada, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário, em qualquer caso, a indenização ulterior.
  - (D) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - (E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, qualquer que seja o seu uso, não será objeto de penhora para pagamento de débitos do imóvel, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
11. Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete, privativamente, à União legislar sobre
- (A) direito penitenciário.
  - (B) direito tributário.
  - (C) populações indígenas.
  - (D) juntas comerciais.
  - (E) floresta, caça, pesca e fauna.
12. A respeito do sistema constitucional tributário nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
  - (B) Os Municípios poderão instituir contribuição, na forma da lei, para o custeio do serviço de iluminação pública, facultada a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
  - (C) Compete aos Municípios instituir impostos sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
  - (D) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre rendimentos pagos por eles, exceto suas autarquias.
  - (E) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
13. Nos moldes do que dispõe a Constituição Federal de 1988, compete à União promover a desapropriação para fins de reforma agrária, de acordo com as seguintes regras:
- (A) Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito ordinário, para o processo judicial de desapropriação.
  - (B) O imóvel rural que não atender às exigências legais de uso e ocupação será desapropriado mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
  - (C) A desapropriação será paga em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos.
  - (D) São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
  - (E) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de decreto do Presidente da República.
14. Segundo a Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
- (A) individualização da cobertura e do atendimento.
  - (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - (C) universalidade e seletividade na forma de participação no custeio.
  - (D) uniformização da base de financiamento.
  - (E) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, e do Governo nos órgãos colegiados.
15. A sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços
- (A) deverá submeter-se ao regime jurídico próprio das empresas públicas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
  - (B) poderá gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
  - (C) não se sujeitará à licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
  - (D) não se submete à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções.
  - (E) não poderá firmar contrato com deputados, desde a expedição do diploma, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

16. A proibição constitucional de vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa denomina-se princípio
- (A) do não confisco.
  - (B) da unidade orçamentária.
  - (C) da não afetação.
  - (D) da exclusividade orçamentária.
  - (E) da programação.
20. Sobre os procedimentos administrativos regulados pela Lei n.º 10.177/98, é correto afirmar que
- (A) para atendimento dos princípios previstos na lei, são assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas, exceto o acompanhamento da sua produção, de obter vista e de recorrer.
  - (B) somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
  - (C) os procedimentos serão impulsionados e instruídos por vontade das partes, atendendo-se à celeridade e economia processual.
  - (D) o comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado no processo, nem implica no direito de obter da Administração resposta fundamentada.
  - (E) o prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 90 dias, se outro não for legalmente estabelecido.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Para fins de aposentadoria, submetem-se ao regime próprio de previdência do serviço público a seguinte categoria de agentes públicos:
- (A) ocupantes de empregos públicos.
  - (B) servidores de sociedade de economia mista.
  - (C) servidores das fundações de direito privado.
  - (D) agentes políticos.
  - (E) Conselheiros dos Tribunais de Contas.
18. Não é uma característica do regime jurídico das empresas públicas:
- (A) sujeição à proibição geral de acumulação de cargos e empregos públicos.
  - (B) necessidade de autorização por lei específica para a sua criação.
  - (C) as prestadoras de serviço público estão sujeitas à lei de falências.
  - (D) podem sofrer controle por meio de ação popular.
  - (E) as exploradoras de atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas.
19. Conforme a disciplina jurídica dos atos administrativos, se um decreto expropriatório for expedido com um defeito material,
- (A) ele será corrigível e o defeito não anula o ato.
  - (B) deverá ser anulado, por ser defeito insanável.
  - (C) o mesmo poderá ser corrigido somente pelo Poder Judiciário.
  - (D) tendo em vista que toda forma estabelecida para os atos administrativos é substancial, o defeito não poderá ser sanado.
  - (E) como impera a liberdade de forma para os atos administrativos, o decreto poderá ter normal prosseguimento.
21. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira sobre o procedimento administrativo objetivando a reparação de danos no âmbito da Administração do Estado de São Paulo.
- (A) O protocolo do requerimento suspende por três anos a prescrição da ação de responsabilidade contra o Estado.
  - (B) O pagamento da indenização deve incluir os juros moratórios, mas não incluirá honorários advocatícios.
  - (C) A decisão administrativa que concluir pela responsabilidade do Estado implicará, por via de consequência, na imediata responsabilização do agente público causador do dano.
  - (D) Na hipótese de condenação definitiva do Estado ao ressarcimento de danos, o Procurador Geral do Estado deverá ser comunicado, no prazo de 30 dias, sob pena de responsabilidade do servidor omissor.
  - (E) O procedimento administrativo de reparação de danos aplica-se às entidades descentralizadas, observada a respectiva estrutura administrativa.
22. O poder de polícia
- (A) é renunciável.
  - (B) pode impor como penalidade, entre outras, a desapropriação do bem.
  - (C) não pode restringir o direito individual, sem garantir, primeiro, por meio de processo administrativo, o direito à ampla defesa.
  - (D) delegado não admite a imposição de taxas.
  - (E) incide sobre pessoas, enquanto que a polícia judiciária incide sobre bens.

23. “Ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.” Esta é uma definição de
- (A) concessão de uso.
  - (B) locação de bem público.
  - (C) autorização de uso.
  - (D) cessão de uso.
  - (E) permissão de uso.
24. Os serviços públicos *uti universi* e *uti singuli* podem ser remunerados, respectivamente, por
- (A) taxas e tarifas.
  - (B) tarifas e taxas.
  - (C) impostos e tarifas.
  - (D) preço público e impostos.
  - (E) preço público e tarifas.
25. Uma entidade pública fundacional pretende alienar um imóvel de sua propriedade que receberá por dação em pagamento. Essa pretendida alienação
- (A) poderá ser efetivada, mas, entre outras exigências, terá de ser comprovada a utilidade da alienação.
  - (B) poderá ser feita, mas dependerá de prévia avaliação e de autorização legislativa.
  - (C) poderá ser feita e não dependerá de prévia avaliação e nem de autorização legislativa, uma vez que estas são exigidas apenas para a administração direta.
  - (D) não poderá ser realizada, uma vez que contraria o interesse público.
  - (E) poderá ser realizada, mas terá de ser efetivada por meio do convite.
26. Na hipótese de contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, a licitação
- (A) será inexigível, desde que sejam convocados os habilitados na licitação anterior, obedecendo à mesma ordem de classificação.
  - (B) será dispensável, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
  - (C) será inexigível, podendo ocorrer a contratação direta, desconsiderando-se a licitação anterior, desde que a Administração escolha a proposta mais vantajosa.
  - (D) terá de ser feita, nas mesmas condições da anterior, não mais podendo dela participar o vencedor da primeira.
  - (E) terá de ser feita, sem obrigatoriedade de obediência aos resultados da licitação anterior.
27. De acordo com o artigo 1.º do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), o Direito Agrário Brasileiro visa
- (A) introduzir a política agrícola no Brasil, visando diminuir a desigualdade social, existente com notável discrepância no meio rural, a partir de uma reorganização na estrutura latifundiária.
  - (B) regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.
  - (C) normatizar os direitos relacionados aos bens imóveis rurais, às atividades agrícolas, pecuárias ou agroindustriais, bem como introduzir uma política de sustentabilidade do uso das propriedades rurais.
  - (D) regular os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, com o objetivo de promover a repartição igualitária das propriedades rurais.
  - (E) promover a Reforma Agrária das terras improdutivas, bem como das propriedades rurais que, mesmo produtivas, ultrapassem a dimensão de 60 ha, sendo que, nesses casos, apenas 3% da propriedade poderá ser revertida para os fins de redistribuição das terras.
28. A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente
- (A) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam; favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis apropriados de produtividade, observando o requisito da área mínima agricultável de 80% da propriedade rural.
  - (B) mantém níveis satisfatórios de produtividade; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam; não exerce atividade potencialmente poluidora; assegura a conservação dos recursos naturais.
  - (C) mantém níveis apropriados de produtividade, reservando no mínimo 60% da propriedade rural à utilização produtiva da terra; não exerce atividade potencialmente poluidora; assegura a conservação dos recursos naturais; favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias.
  - (D) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam; mantém níveis satisfatórios de produtividade; favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; assegura a conservação dos recursos naturais.
  - (E) mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; não exerce qualquer atividade passível de causar degradação ambiental; favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam.

29. Conforme o disposto no artigo 17 do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), a intervenção do Estado na propriedade, para fins de Reforma Agrária, será exercido mediante
- (A) desapropriação, por utilidade pública.
  - (B) requisição administrativa.
  - (C) limitação administrativa.
  - (D) servidão administrativa.
  - (E) desapropriação, por interesse social.
30. No que concerne à política agrícola brasileira, é correto afirmar:
- (A) o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até um ano após o vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação judicial das propostas existentes.
  - (B) para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, visando desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra.
  - (C) todo o trabalhador agrícola que tiver ocupado, por vinte anos, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural que for estabelecido para a região.
  - (D) o prazo dos contratos de parceria, desde que não convenionados pelas partes, será no mínimo de dois anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da primeira colheita posterior ao término contratual.
  - (E) o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias; será indenizado das benfeitorias úteis quando autorizadas pelo proprietário do solo, não havendo possibilidade de indenização pelas voluptuárias.
31. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA está investido de poderes de representação da União, com autoridade para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas da União. Tal ato é exercido por esse órgão, por meio do seguinte procedimento, mencionado no artigo 11 do Estatuto da Terra:
- (A) discriminação, que visa separar as terras devolutas das particulares, verificando-se quem tem a posse legítima.
  - (B) usucapião administrativo, regime especial de usucapião que permite ao Estado se apropriar das terras desocupadas ou ilegalmente ocupadas.
  - (C) desapropriação, por utilidade pública, das terras devolutas federais ilegalmente ocupadas.
  - (D) arrendamento rural, o qual permite aos ocupantes das terras devolutas servirem-se delas para o fim determinado pelo INCRA.
  - (E) ocupação das terras devolutas não ocupadas e desapropriação das ilegalmente ocupadas.
32. Obedecidos os critérios de precisão exigidos pela Procuradoria Geral do Estado, compete à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania identificar as áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos e demarcá-las para fins de legitimação de posse, atos esses que serão realizados por meio do seguinte órgão, de acordo com o disposto no Decreto-estadual/SP n.º 42.839, de 4 de fevereiro de 1998:
- (A) Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo.
  - (B) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
  - (C) Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP.
  - (D) Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.
  - (E) Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.
33. Quanto à empresa rural, definida no artigo 4.º do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), é correto afirmar que
- (A) a empresa agrária pode ser constituída apenas por pessoa jurídica, pública ou privada, com natureza jurídica civil de sociedade simples, devendo efetuar o registro dos seus atos constitutivos, contratos, estatutos e compromissos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além de registrar-se no INCRA, para efeito de cadastramento.
  - (B) é o empreendimento de pessoa física, ou jurídica privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural segundo padrões que podem ser fixados pelo Poder Executivo, previamente, ou posteriormente, de acordo com o tipo de atividade exercida pelo empresário e cujos atos deverão ser registrados no Registro de Imóveis competente.
  - (C) é empresário rural a pessoa jurídica que exerce atividade dirigida à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, em imóvel rural próprio ou alheio, excluindo-se, no entanto, desse conceito, o empresário rural, pessoa física, uma vez que este se insere no conceito de “propriedade familiar”, e não de empresa rural.
  - (D) é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural segundo padrões fixados, pública e previamente pelo Poder Executivo, devendo registrar-se no INCRA para efeito de cadastramento.
  - (E) a empresa agrária, por expressa disposição legal, tem natureza jurídica comercial, devendo, portanto, fazer o registro dos seus atos constitutivos, contratos, estatutos ou compromissos no Registro Público de Empresas Mercantis, além de efetuar seu registro no INCRA para efeito de cadastramento.

34. Sobre o arrendamento rural, é correto afirmar:

- (A) impõe-se a fixação do aluguel em dinheiro – moeda corrente, que é a retribuição paga pelo uso do imóvel.
- (B) há a possibilidade de que a fixação do preço do aluguel seja arbitrada por uma das partes.
- (C) exige a forma escrita, diferentemente do contrato de arrendamento regido pelo Código Civil, o qual não exige formalidade especial, podendo ser escrito ou verbal.
- (D) se o contratante infringir norma legal ou cometer infração grave de obrigação contratual verificar-se-á a resolução do contrato.
- (E) uma das principais condições nesse contrato é a temporariedade, porque não podem os contratantes estipular cláusula de perpetuidade do uso do imóvel.

35. Em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 500 ha (quinhentos hectares), situadas nos Municípios da 10.<sup>a</sup> Região Administrativa do Estado, inaptas à implantação de projetos de assentamentos fundiários, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, poder-se-á aplicar o instituto da regularização de posse (Lei estadual/SP n.º 11.600 de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto estadual/SP n.º 48.539 de 11 de março de 2004).

Com relação a esse instituto, é correto afirmar:

- (A) o interessado na aquisição da gleba deverá requerer à unidade competente da Procuradoria Geral do Estado a regularização de sua posse, declarando que mantém sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de 5 (cinco) anos, entendendo-se como posse efetiva a morada permanente ou habitual e a exploração de 80% da área aproveitável da gleba.
- (B) qualquer ocupante, pessoa física ou jurídica, pública ou privada poderá ser beneficiado por essa lei.
- (C) serão consideradas passíveis de regularização, áreas do mesmo proprietário ou de proprietários diferente que somadas, não excedam a 100 ha (cem hectares).
- (D) não são consideradas terras devolutas reservadas as adjacentes às quedas d'água, passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica e as que contenham minas e fontes de águas minerais e termais passíveis de utilização industrial, terapêutica ou higiênica.
- (E) a Fazenda Estadual poderá desistir da discriminação das áreas superiores a 500 ha (quinhentos hectares) mediante transação extrajudicial, homologada entre as partes.

36. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de

- (A) 3 (três) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 10 (dez) anos.
- (D) 15 (quinze) anos.
- (E) 20 (vinte) anos.

37. Com relação à execução da Reforma Agrária no Brasil, pode-se afirmar que

- (A) o imóvel rural de domínio público ou particular, objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, poderá ser visto-riado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação.
- (B) não será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, for efetivamente identificado como participante indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado.
- (C) a entidade, organização, pessoa jurídica, movimento ou sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos.
- (D) na hipótese de fraude ou simulação de esbulho ou invasão, por parte do proprietário ou legítimo possuidor do imóvel, o órgão executor do Programa Nacional de Reforma Agrária aplicará pena administrativa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), efetuando o cancelamento do cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural após a comprovação do ato por processo judicial.
- (E) perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

38. De acordo com a Lei n.º 6.383, de 7 de dezembro de 1976, o processo discriminatório judicial de terras devolutas da União segue o rito

- (A) especial.
- (B) ordinário.
- (C) sumário.
- (D) sumaríssimo.
- (E) cautelar.



39. Sobre as fundações, é correto afirmar:

- (A) Poderá ser constituída para fins comerciais, religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (B) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.
- (C) Velará pelas fundações, se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, o Ministério Público do Estado onde situadas.
- (D) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja aprovada pelo órgão do Ministério Público e, caso este a denegue, não poderá o juiz supri-la.
- (E) São pessoas jurídicas de direito público.

40. É correto afirmar sobre os bens:

- (A) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa a destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- (B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- (C) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (D) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevivendo ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (E) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

41. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar que

- (A) é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (B) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso de tempo.
- (C) a anulabilidade pode ser alegada pelos interessados e pronunciada de ofício.
- (D) quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, não será validado se este a der posteriormente.
- (E) a invalidade do instrumento induz à do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.

42. Com relação às obrigações solidárias, é correto afirmar que

- (A) o julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que a obteve.
- (B) importará renúncia da solidariedade a propositura da ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- (C) todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
- (D) a solidariedade se presume.
- (E) a obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para outro.

43. Sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (B) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- (C) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (D) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão subsidiariamente pela reparação.
- (E) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem a obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

44. Leia os itens a seguir, referentes à posse.

- I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- II. A posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor.
- III. A posse do imóvel faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.
- IV. Não induzem a posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou clandestinidade.
- V. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbacão, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

Está correto o contido em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

45. Sobre a propriedade, é correto afirmar:
- (A) A propriedade do solo abrange jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica.
  - (B) Os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem, não são defesos.
  - (C) O proprietário pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de 5 (cinco) anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.
  - (D) O imóvel situado na zona rural, abandonado, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, 3 (três) anos depois, à propriedade do Município onde ele se localize.
  - (E) Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo e o dono do primeiro não terá direito a indenização.

46. Sobre os contratos, é correto afirmar que

- (A) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (B) no momento da conclusão do contrato, não pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes.
- (C) é válido o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- (E) nos contratos de adesão não são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para

- (A) recorrer aos Tribunais Superiores.
- (B) transigir.
- (C) agravar.
- (D) promover o cumprimento da sentença ou acórdão.
- (E) arrolar testemunhas.

48. É competente a autoridade judiciária brasileira quando

- (A) o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- (B) o réu for brasileiro, ainda que esteja fora do País.
- (C) a obrigação for assumida por brasileiro.
- (D) envolver imóvel de brasileiro.
- (E) o autor da herança for brasileiro, mesmo que todos os seus bens estejam fora do País.

49. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes forem comuns

- (A) as partes e a causa de pedir.
- (B) as partes e o objeto.
- (C) o objeto ou a causa de pedir.
- (D) o objeto e a matéria.
- (E) as partes e a matéria.

50. O Juiz

- (A) poderá decidir por equidade sempre que entender por bem.
- (B) em regra, pode conhecer de questões, mesmo não suscitadas pelas partes.
- (C) pode se eximir de sentenciar em caso de obscuridade da lei.
- (D) poderá responder por perdas e danos.
- (E) deverá tentar conciliar as partes, apenas antes da fase de instrução.

51. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis,

- (A) das 8 às 20 horas.
- (B) das 8 às 18 horas.
- (C) das 6 às 18 horas.
- (D) das 6 às 19 horas.
- (E) das 6 às 20 horas.

52. São títulos executivos judiciais:

- (A) a sentença arbitral e a sentença homologatória de conciliação ou transação.
- (B) a sentença arbitral e os títulos de crédito próprios.
- (C) a sentença penal, mesmo antes de transitar em julgado, e a nota promissória.
- (D) o acordo extrajudicial, mesmo sem homologação judicial, e a sentença arbitral.
- (E) a sentença homologatória de conciliação ou transação e as debêntures.

53. Sobre a reconvenção, é correto afirmar que
- (A) a intimação será feita pessoalmente à parte.
  - (B) é desnecessária a conexão com a ação principal.
  - (C) a desistência da ação provoca a extinção da reconvenção.
  - (D) será julgada em sentença distinta da ação principal.
  - (E) não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome alheio.

54. Nos embargos infringentes,
- (A) não há oportunidade para o oferecimento de contra-razões.
  - (B) a decisão que não os admitir é agravável.
  - (C) a decisão que não os admitir é irrecurável.
  - (D) não há juízo de admissibilidade do recurso.
  - (E) é vedada a nomeação de novo relator.

#### DIREITO DO TRABALHO

55. Não terá direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,
- (A) deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 (trinta) dias subseqüentes à sua saída.
  - (B) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
  - (C) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por, pelo menos, 15 (quinze) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.
  - (D) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 3 (três) meses, desde que contínuos.
  - (E) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por, pelo menos, 15 (quinze) dias.

56. Assinale a alternativa falsa.

- As convenções coletivas deverão conter, obrigatoriamente:
- (A) categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos.
  - (B) normas para a conciliação das divergências entre os convenentes por motivos de aplicação de seus dispositivos.
  - (C) disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos.
  - (D) as contribuições dos empregados e empresas, na condição de associados do sindicato.
  - (E) penalidades para os sindicatos convenentes, em caso de violação de seus dispositivos.

57. Comete justa causa o empregador que
- (A) tratar o empregado com rigor excessivo, salvo no caso de indisciplina ou insubordinação.
  - (B) expuser o empregado a perigo manifesto de mal considerável.
  - (C) não cumprir as obrigações do contrato, salvo as relativas a salário e remuneração, que deverão ser objeto de reclamatória trabalhista.
  - (D) ofender fisicamente o empregado, em qualquer condição.
  - (E) reduzir o trabalho do empregado, sendo aquele por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente o salário, devendo o empregado afastar-se do serviço até a final decisão do processo.

#### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

58. Excluem-se da competência da Justiça do Trabalho
- (A) as ações que envolvam exercício do direito de greve.
  - (B) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
  - (C) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
  - (D) os conflitos de competência entre órgão da Justiça do Trabalho e órgão das demais justiças especializadas.
  - (E) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
59. Indique a alternativa falsa.
- No procedimento sumaríssimo da Justiça do Trabalho,
- (A) excluem-se as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
  - (B) o pedido deverá ser certo ou determinado, com indicação do valor correspondente, e a citação se fará por edital, quando o autor não dispuser da correta indicação do endereço do reclamado.
  - (C) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento.
  - (D) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
  - (E) serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo.

60. Nas reclamações trabalhistas perante a Justiça do Trabalho,
- (A) somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.
  - (B) as exceções são permitidas, porém deverão ser sempre alegadas como matéria de defesa.
  - (C) não podem ser opostas exceções, com base no princípio da celeridade processual.
  - (D) das decisões sobre exceção caberá agravo de instrumento para a instância superior (TRT, onde houver).
  - (E) após vista dos autos ao exceto, por 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis, a decisão sobre a exceção de incompetência deverá ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

### DIREITO PENAL

61. Assinale a alternativa que apresenta o bem jurídico tutelado no crime de apropriação indébita.
- (A) Fé pública.
  - (B) Segurança jurídica.
  - (C) Administração pública.
  - (D) Patrimônio.
  - (E) Patrimônio público.
62. São crimes contra a administração pública:
- (A) falsidade ideológica e concussão.
  - (B) falsidade material e corrupção passiva.
  - (C) apropriação indébita e peculato.
  - (D) concussão e supressão de documentos.
  - (E) peculato e corrupção passiva.
63. Apenas um dos delitos indicados admite a modalidade culposa. Assinale a alternativa correta.
- (A) Roubo.
  - (B) Furto.
  - (C) Peculato.
  - (D) Extorsão.
  - (E) Dano.

64. É isento de pena:
- (A) o menor de 21 anos.
  - (B) o menor de 18 anos.
  - (C) aquele que se embriagar culposamente.
  - (D) aquele que se embriagar voluntariamente.
  - (E) aquele que, por doença mental, não for capaz de entender inteiramente o caráter ilícito do fato.
65. O erro de proibição é aquele que
- (A) recai sobre elemento constitutivo do tipo penal.
  - (B) incide sobre a ilicitude do fato.
  - (C) incide sobre as elementares do tipo penal.
  - (D) diz respeito às excludentes de ilicitude.
  - (E) exclui a imputabilidade do agente.
66. Lei penal excepcional é aquela que
- (A) sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, tem vigência imediata.
  - (B) é promulgada pelo Presidente da República.
  - (C) embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
  - (D) tem sua vigência determinada pela Constituição Federal.
  - (E) é aplicável a todos os estrangeiros que pratiquem crimes no território nacional
67. Na hipótese do crime tentado, o juiz poderá diminuir a pena do agente de 1/3 a 2/3. Esta diminuição levará em conta
- (A) os antecedentes do agente.
  - (B) a intensidade da culpa.
  - (C) a intensidade do dolo.
  - (D) o *iter criminis* percorrido pelo agente na execução do crime tentado.
  - (E) as conseqüências causadas à vítima.
68. Na dosimetria da pena, o juiz, em primeiro lugar, deverá
- (A) fixar a pena base.
  - (B) determinar o regime inicial de cumprimento de pena.
  - (C) substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
  - (D) fixar a pena de multa.
  - (E) conceder o *sursis* sempre que o agente preencha todos os requisitos legais.

69. A Constituição Federal de 1988, ao tratar do bem jurídico ambiente, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (...)” (artigo 225, caput). Isso caracteriza
- (A) a universalização dos direitos sociais e difusos.
  - (B) a supremacia do interesse público ao privado.
  - (C) a proteção do direito à propriedade.
  - (D) o equilíbrio entre o antropocentrismo e o individualismo.
  - (E) a harmonização da biota.
70. O conceito de poluição constante no artigo 3.º da Lei n.º 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), implica
- (A) o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica.
  - (B) a exigência da cumulatividade de situações previstas no inciso III do referido artigo.
  - (C) a diversidade de significado diante do que estabelece a Constituição Federal de 1988 a esse respeito.
  - (D) a exclusão da pessoa jurídica de direito público enquanto poluidora.
  - (E) a descrição legal do resultado de uma atividade e a definição da própria conduta, esta em hipóteses específicas.
71. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Para tanto, são observadas as seguintes diretrizes gerais:
- (A) planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
  - (B) gestão orçamentária participativa.
  - (C) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
  - (D) ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis rurais.
  - (E) instituição de zonas especiais de interesse social.
72. Sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas acerca de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
  - (B) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
  - (C) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e penalmente conforme o disposto na Lei n.º 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu gestor de negócios, no interesse da sua entidade.
  - (D) a Constituição Federal excluiu-a do conceito de poluidor.
  - (E) o respectivo preposto ou mandatário não incide nas penas cominadas aos crimes.
73. As Unidades de Proteção Integral (um dos grupos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidades de Conservação) são compostas pelas seguintes categorias de unidades de conservação:
- (A) área de proteção ambiental, floresta nacional e reserva de fauna.
  - (B) reserva de proteção integral e reserva legal florestal.
  - (C) área de relevante interesse ecológico e reserva extrativista.
  - (D) reserva particular do patrimônio natural e reserva de desenvolvimento sustentável.
  - (E) estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio da vida silvestre.
74. Quanto à função social da propriedade, constante na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) ela é cumprida, na propriedade urbana, quando se atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano de zoneamento municipal.
  - (B) ela é cumprida, na propriedade rural, quando se observa, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, as disposições que regulam a reforma agrária.
  - (C) a lei é o instrumento exclusivo para criar os critérios e exigências definidores da função social na propriedade rural.
  - (D) a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, observados, dentre outros, o princípio do fracionamento eqüitativo das terras rurais.
  - (E) é considerada um avanço social, que encontra seu fundamento nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, norteadores de instrumentos de política de execução urbana e rural.
75. A criação de uma licença ambiental pode se dar por
- (A) decreto do Presidente da República; do Governador do Estado ou do Prefeito Municipal.
  - (B) portaria do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
  - (C) resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
  - (D) lei.
  - (E) medida provisória.
76. A responsabilidade civil objetiva, no direito ambiental, compreende ao menos uma das seguintes funções:
- (A) preventiva.
  - (B) punitiva.
  - (C) informativa.
  - (D) saneadora.
  - (E) repressora.

77. Sobre o inquérito civil, é certo afirmar que
- (A) é um instrumento indispensável para o exercício da ação civil pública em defesa do meio ambiente.
  - (B) a Lei n.º 9.605/98 consolidou a criação do inquérito civil, para a proteção do meio ambiente, entre as atribuições do Ministério Público.
  - (C) o Ministério Público pode promover o arquivamento do inquérito civil, desde que fundamentadamente.
  - (D) o arquivamento do inquérito civil deve ser obrigatoriamente examinado pelo Colégio Nacional de Procuradores de Justiça.
  - (E) é presidido por autoridade policial.
78. Sobre o compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, firmado entre os órgãos públicos legitimados para propositura da ação civil pública e interessados, é correto afirmar que
- (A) tem eficácia de título executivo judicial.
  - (B) pode prever cominações em caso de não cumprimento.
  - (C) o termo de ajustamento não pode ser convencionado antes do ajuizamento da ação.
  - (D) ajustamento significa transigência no cumprimento das obrigações legais.
  - (E) os interessados podem tomar dos infratores compromisso de ajustamento.
79. A Lei n.º 7.347/85, em seu artigo 13, prevê a existência de dois fundos de defesa dos direitos difusos, um gerido por um Conselho Federal e outro, por Conselhos Estaduais. Sobre estes, pode-se afirmar o seguinte:
- (A) o dinheiro oriundo das condenações nas ações civis públicas propostas perante a Justiça Federal será objeto de gestão do Conselho do Estado por onde tramitou a ação.
  - (B) os recursos obtidos nas ações propostas perante a Justiça dos Estados serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, em conta corrente aberta em nome dos Conselhos Estaduais.
  - (C) a indenização será destinada prioritariamente à promoção de atividades e eventos.
  - (D) serão integrados pelo Ministério Público e por representantes da comunidade.
  - (E) as multas processuais serão destinadas à pessoas vítimas diretas do prejuízo.
80. Sobre a área de preservação permanente, é certo afirmar que
- (A) limita constitucionalmente o direito de propriedade.
  - (B) exige desapropriação.
  - (C) inviabiliza totalmente o exercício do direito de propriedade.
  - (D) não se encontra no domínio público.
  - (E) é alterada mediante decreto.